



SENADO FEDERAL

MENSAGEM N° 37, DE 2017

(nº 221/2017, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o disposto nos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea “e”, e 128, § 1º, da Constituição, o nome da Senhora RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE para exercer o cargo de Procuradora-Geral da República, na vaga que ocorrerá no término do mandato do Senhor Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)

Mensagem nº 221

Senhores Membros do Senado Federal,

Considerando o disposto nos arts. 84, inciso XIV, 52, inciso III, alínea “e”, e 128, § 1º, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome da Senhora RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE para exercer o cargo de Procuradora-Geral da República, na vaga que ocorrerá no término do mandato do Senhor Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

Brasília, 28 de junho de 2017.

Aviso nº 262 - C. Civil.

Em 28 de junho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE para exercer o cargo de Procuradora-Geral da República.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

CURRICULUM VITAE

Raquel Elias Ferreira Dodge
Subprocuradora-Geral da República

Raquel Elias Ferreira Dodge é membro do Ministério Público Federal desde 1987, classificada em 2º lugar entre os aprovados em seu concurso. Foi promovida, por merecimento, para os cargos de Subprocuradora-Geral da República e de Procuradora Regional da República.

É mestre em Direito pela Harvard Law School (2007), onde também foi Visiting Researcher do Graduate Program (2007-2008), Visiting Fellow do Programa de Direitos Humanos (2005-2006 e 2008); e premiada com a Gammon Fellowship (Graduate Program) pelo melhor projeto de tese de mestrado (2006-2007).

Na Harvard Law School, atuou como *Global Advocacy Fellow* da Clínica Internacional de Direitos Humanos (2007-2008), onde foi instrutora de vários alunos. Desenvolveu linhas de pesquisa sobre proteção de direitos humanos, escravidão contemporânea e crime organizado no Brasil; e outra sobre a judicialização do direito à saúde.

Em reconhecimento ao seu trabalho no Ministério Público Federal, recebeu prêmio da Associação Internacional dos Promotores (*International Association of Prosecutors*) e do Instituto Innovare.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede em San Jose (Costa Rica), designou-a para atuar como perita.

É bacharel em Direito pela Universidade de Brasília, onde também concluiu o curso de Mestrado em Direito e Estado (1983-1986).

Atua perante o Superior Tribunal de Justiça em matéria criminal.

Exerce seu terceiro mandato como membro do Conselho Superior do MPF, sempre eleita pelo Colégio de Procuradores da República.

Exerce mandato na 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (ordem econômica e consumidor), eleita pelo Conselho Superior do MPF.

Exerceu mandato de Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (Matéria Criminal e Controle Externo da Atividade Policial) de 2010 a 2014, após ter sido eleita pelo Conselho Superior do MPF e indicada pelo Procurador Geral da República. Nesta condição, exerceu a atribuição de coordenação criminal e revisão criminal da atuação dos Procuradores da República em todo o país.

Na defesa de direito humanos, atuou como Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Adjunta (2000-2004) e como membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, sempre eleita para a vaga pelo Conselho Superior do MPF (1993 – 2002). Também atuou como Procuradora Eleitoral perante o TSE e o TRE/DF. Tem intensa atuação na defesa de direitos humanos, do patrimônio público, de índios e minorias e na matéria criminal.

Em sua carreira no Ministério Público Federal atuou perante todos os tribunais superiores (STF, TSE, STJ, ex-TFR), intermediários (TRF 1ª Região e TRE/DF) e na primeira instância da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho.

Iniciou a carreira jurídica como assessora do Ministro Francisco Rezek no Supremo Tribunal Federal e do Ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello no Tribunal Superior do Trabalho. Antes, após aprovação em concurso público, trabalhou no Banco do Brasil, na Assessoria Especial da Presidência para Assuntos Internacionais.

Na área de tutela coletiva, permita-me referir que instaurei os dois primeiros inquéritos civis públicos do país sobre o direito à saúde, investigando tanto o financiamento como o funcionamento do Sistema Único de Saúde (ICP nºs 1 e 2, de 1994), que tiveram repercussão na aprovação da Emenda Constitucional 29; na elevação do orçamento público de saúde no país; na instituição e adoção do SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde no Ministério da Saúde como instrumento de controle de gastos públicos efetivos em saúde; no respeito às atribuições do Conselho Nacional de Saúde; no controle das verbas públicas que financiam urgências e emergências hospitalares; na aprovação de normas sobre pesquisa em seres humanos; na inserção dos povos indígenas e população prisional no SUS e na consolidação do SUS no Brasil.

Foi voluntária para ser designada pelo Procurador-Geral da República e pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal para exercer atribuições em outra jurisdição, notadamente na equipe que investigou, processou e obteve condenação dos membros da quadrilha liderada por Hildebrando Paschoal no Acre; em face de quadrilha especializada em fraude a licitações em Tocantins e contra o crime organizado no Espírito Santo. Instituiu e coordenou o primeiro projeto do MPF para aprimorar as políticas públicas e a persecução penal contra a prática de trabalho escravo no Brasil.

Foi membro das duas Comissões do Ministério da Justiça responsáveis por sugerir modificações ao Código Penal Brasileiro em decorrência da ratificação do Estatuto de Roma que cria o Tribunal Penal Internacional. O anteprojeto de lei foi apresentado ao Congresso Nacional.

Atuou na equipe que redigiu o I Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil.

EDUCAÇÃO

Harvard Law School, Cambridge, Massachusetts, Estados Unidos

- Mestrado em Direito (LL.M.) 2006-2007
- *Visiting Fellow* – Programa de Direitos Humanos 2005-2006
- *Visiting Researcher do Graduate Program* 2007-2008
- *Global Advocacy Fellow* – Clínica Internacional de Direitos Humanos 2007-2008
- *Visiting Fellow* – Programa de Direitos Humanos 2008

Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Brasília, Brasil

- Curso de Mestrado em Direito – Certificado – GPA 4.98/5.0 1984-1987
- Bacharel, Especialista em Direito Criminal – GPA 4.96/5.0 1983

Instituto Interamericano de Direitos Humanos, San José, Costa Rica

- XX Curso Interdisciplinário de Direitos Humanos 2002
- Curso Especial Regional de Direitos Humanos para o Brasil 1996

ENCONTROS INTERNACIONAIS / CONSULTAS ENTRE ESPECIALISTAS

NAÇÕES UNIDAS-OHCHR (Alto Comissariado para Direitos Humanos) e UNESCO

- Conferências Regional em Educação em Direitos Humanos na América Latina e o Caribe Março 2001

OIT- Organização Internacional do Trabalho

- Encontro entre Especialistas sobre Trabalho Prisional, Genebra, Suíça. Julho, 2004

CHR. Michelsen Institute, University of Bergen, Universidad Diego Portales

- **Courts and Marginalized People**, Universidad Diego Portales, Chile Dez, 2005

Harvard Law School – Human Rights Program

- **International Conference on National Human Rights Institutions** June, 2007

Ministério da Justiça, Ministério Público Federal, Centro Internacional para a Justiça de Transição - ICTJ

- Workshop Internacional sobre Justiça de Transição, Brasil Setembro, 2011

Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar (CAOCRIM)

- Encontro dos Coordenadores dos Centros de Apoio e dos Núcleos Criminais dos Ministérios Públicos, Belo Horizonte 2010

Simpósio "Os Caminhos do Sistema Penal" e Oficinas "O futuro do sistema penal" e "O enfrentamento nacional e transnacional da criminalidade graduada" – 24 e 25 de novembro/2011

Os Rumos do Processo Penal nas Américas – 29 e 30 de novembro de 2011

11ª Conferência Anual da International Competition Network – ICN – 17 a 20 de abril de 2012

Seminário sobre Combate a Fraudes em Títulos Públicos – 22 de junho de 2012

**ENCONTROS JURÍDICOS QUE ORGANIZOU
(mais recentes)**

I Reunião de Trabalho entre o MPF e os Ministérios Públicos Estaduais sobre a Aplicação da Lei Maria da Penha – 08 de outubro de 2010, Brasília (DF)

X Encontro Nacional Criminal do MPF – 19 e 20 de outubro de 2010, Brasília (DF)

Encontro Nacional dos Coordenadores de Áreas Criminais do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal – 12 e 13 de maio de 2011, Brasília (DF)

Encontro Nacional de Aprimoramento de Atuação do MPF no Controle Externo da Atividade Policial – 26 e 27 de maio de 2011, Brasília (DF)

I Encontro Nacional sobre o Controle Externo da Atividade Policial – 20 de junho de 2011, Brasília (DF)

I Workshop Internacional sobre Justiça de Transição – (em conjunto com Ministério da Justiça) 12 e 13 de setembro de 2011, Brasília (DF)

Oficina Combate à Criminalidade – Planejamento Estratégico – 13 e 14 de outubro de 2011, Brasília (DF)

Seminário de Direitos Humanos e Controle Externo da Atividade Policial – 9 a 11 de novembro de 2011

Seminário Internacional sobre o Combate ao Crime de Moeda Falsa, Perspectivas com o Fortalecimento do Real e Novas Técnicas de Investigação (promoção conjunta com o Banco Central do Brasil e a Polícia Federal) - 9 e 10 de novembro de 2011, em São Paulo.

XI Encontro Nacional da 2^a Câmara – 12 a 14 de dezembro de 2011, em Brasília (DF)

II Workshop Internacional sobre Justiça de Transição – 12 e 13 de março de 2012, em Brasília

I Reunião de Trabalho do MPF sobre Reforma do Código Penal – (promovido em conjunto com o Relator da Comissão de Reforma do Código Penal, do Senado Federal) 27 e 28 de março de 2012

II Reunião de Trabalho do MPF sobre Reforma do Código Penal (promovido em conjunto com o Relator da Comissão de Reforma do Código Penal, do Senado Federal) – 11 e 12 de abril de 2012, em Aracaju (SE)

I Encontro Regional Criminal na Procuradoria Regional da República da 4^a Região – 26 e 27 de abril de 2012, em Porto Alegre

II Encontro Temático sobre o Controle Externo da Atividade Policial – 16 e 17 de agosto de 2012, em Recife (PE)

1^a Oficina de Planejamento Estratégico da 2^a Câmara – 23 e 24 de agosto de 2012, em Brasília

I Encontro Nacional sobre Tráfico Internacional de Entorpecentes, Contrabando e Descaminho – 4 e 5 de outubro de 2012, em Foz do Iguaçu (PR)

I Encontro Nacional sobre Terrorismo – 15 e 16 de outubro de 2012, em São Paulo

PRÊMIOS E COMENDAS

Harvard Law School, Cambridge, Massachussets

Abril, 2006

- Gammon Fellowship para o melhor projeto de Mestrado (LL.M.)

Tribunal Superior do Trabalho, Brasília, Brasil

- Comendadora da Ordem do Mérito do Trabalho, 1986

Por excepcional cooperação com o Tribunal Superior do Trabalho

Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Brasília, Brasil

Diploma de Mérito COAF,

2012

Em reconhecimento a sua contribuição ao sistema brasileiro de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo

{

EXPERIÊNCIA JURÍDICA

Supremo Tribunal Federal

- Assessora do Ministro Francisco Rezek 1984

Tribunal Superior do Trabalho

- Assessora do Ministro Marco Aurélio M. de Farias Mello 1983-1984
- 1984-1987

Ministério Público Federal, Brasil

- **Procuradora da República, 2º lugar no concurso** 1987-1993
- **Procuradora Regional da República** 1993-2008
 - Coordenadora Criminal da Coordenadoria para Crimes de Escravidão e Crimes Envolvendo Índios - Núcleo Criminal 2004-2005
- **Atuação na Procuradoria Geral da República, por designação especial**
 - Designada para atuar com o PGR em processos do Supremo Tribunal Federal 1987-89
 - Designada para atuar com o PGR em processos do Tribunal Superior Eleitoral 1988-89
 - Designada para atuar com o PGR em processos do Trib. Federal de Recursos 1989-93
 - Designada pelo Procurador-Geral para investigar e processar casos de violação sistemática de direitos humanos no Acre (casos Hildebrando (Paschoal) 1999-2002
 - Designada pelo Procurador-Geral para investigar e processar crimes de violação sistemática de direitos humanos no Espírito Santo (Scuderie Le Cocq) 2002
 - Designada pelo Procurador-Geral da República para investigar e processar corrupção no Distrito Federal, que resultou no ajuizamento das ações penais 622,

624 e 707, contra o ex-Governador do Distrito Federal e outras 36 pessoas.
2009-2012

- **Subprocuradora-Geral da República, promoção por merecimento** 2008
 - **Membro da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Comunidades Indígenas e Minorias)** 1993-2002
 - **Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Adjunta** 2000-2004
Dois termos consecutivos, eleita pelo Conselho Superior nomeada pelo Procurador-Geral da República
 - Coordenadora do grupo do Direito à Saúde 2002-2004
 - Coordenadora do Projeto sobre Trabalho Escravo para Erradicação de Formas Contemporâneas de Escravidão 2002-2004
 - Coordenadora Adjunta do Grupo de Trabalho sobre Tortura 2002-2004
 - Coordenadora Adjunta do Grupo de Trabalho sobre Efeitos da Corrupção sobre a Cidadania 2002-2004
 - Coordenadora Adjunta do Grupo de Trabalho sobre Sistema Prisional 2002-2004
 - Coordenadora Adjunta do Grupo de Trabalho sobre Discriminação Racial 2002-2004
 - Coordenadora Adjunta do Grupo de Trabalho sobre Alimentação Adequada 2002-2004
 - Coordenadora Adjunta do Grupo de Trabalho sobre Educação Pública 2002-2004
 - **Subprocuradora-Geral da República** - designada para atuar em matéria criminal - 2008-presente
 - **Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (Matéria Criminal e Controle Externo da Atividade Policial)** 2010 -2014
 - **Membro do Conselho Institucional do MPF** 2010-2014
 - **Membro do Conselho Superior do MPF**, eleita em primeiro lugar pelo Colégio de Procuradores da República 2011-2015
- 2016-presente
- **Membro de Comissão de Alto Nível criada pela Presidência da República ou seus Ministérios**

- Comissão para Adaptar o Código Penal Brasileiro ao Estatuto de Roma 2002-2003
- Segunda Comissão para Adaptar o Código Penal Brasileiro ao Estatuto de Roma - 2003- 2006
- CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, convidada - 2002-2004
- Comissão Especial do Ministério da Justiça e do CDDPH sobre Violência Rural, Trabalho Forçado, Trabalho Escravo e Trabalho Infantil - 2002
- Comissão Especial do Ministro da Justiça e do CDDPH sobre Violação Sistêmática de Direitos Humanos nos Estados da Paraíba e Pernambuco - 2003
- Conselho Nacional para o Direito das Pessoas Portadoras de Deficiência 2002-2004
- Comissão para Redigir do Plano Nacional para Erradicar o Trabalho Escravo no Brasil, em conjunto com a OIT (aprovado pelo Presidente da República em março de 2003) - 2002-2003
- Comissão Nacional para Erradicar o Trabalho Escravo (CONATRAE) 2003-2004
- Conselho Deliberativo do PROVITA - Programa Nacional para Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, suplente com atuação efetiva 2002-2004
- Comissão para Redigir Projeto de Criação do Conselho Nacional de Bioética 2004-2005
- Comissão para Criar e Implementar o SIOPS - Sistema Nacional de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - 2002-2004
- Membro fundador da Estratégia Nacional de Combate a Cartéis, Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, representando a 2ª Câmara 2010

EXPERIÊNCIA ACADÊMICA

- Universidade do Distrito Federal / ICAT** 1988-1989 e
- Professora, Direito Constitucional e Direitos Humanos 2005
- Universidade de Brasília**
- Direito do Trabalho (em substituição ao Ministro Marco Aurélio)

INSTITUIÇÕES

Revista Bioética e Ética Médica – Conselho Federal de Medicina

- Membro do Conselho Editorial 2005-presente

Fundação Pedro Jorge de Mello e Silva

Diretora do Conselho 1991-1993

Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR 1992-1993

▪ Delegada 1995-1996

Associação do Ministério Público para a Saúde - AMPASA

• Membro fundador



Brasília, 29 de junho de 2017

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Apresento-me a Vossa Excelência e aos membros do Senado Federal, após ter sido indicada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Michel Temer para exercer o honroso cargo de Procurador-Geral da República no biênio que se iniciará em setembro de 2017 (Mensagem n. 221, de 28 de junho de 2017).

Cumpre-me encaminhar-lhe os documentos indicados no Regimento Interno do Senado Federal (na redação da Resolução n. 4/2013) e de prestar-lhe amplos esclarecimentos, o que faço por meio deste ofício.

Com elevado apreço,


Raquel Elias Ferreira Dodge
Subprocuradora-Geral da República

Excelentíssimo Senhor
Senador **Eunício Lopes de Oliveira**
DD. Presidente do Senado Federal
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente Eunício Lopes de Oliveira

Honrou-me o senhor Presidente da República Michel Temer com a indicação de meu nome ao Senado Federal para exercer o honroso cargo de Procurador-Geral da República no biênio que se iniciará em setembro de 2017 (Mensagem n. 221, de 28 de junho de 2017).

Dentre os requisitos contidos no Regimento Interno do Senado Federal, consta que devo apresentar-lhe argumentação escrita e sucinta que demonstre minha experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade (art. 383-c do Regimento Interno do Senado Federal).

Invoco o testemunho dos Procuradores da República que elegeram-me para integrar a lista tríplice como demonstração de que tenho preparo técnico e condição moral para assumir esta função, que encaro como a de um serviço público à nação. Após quase trinta anos como membro do Ministério Público Federal, estive sob a observação cotidiana dos que integram a instituição, assim como de membros do Poder Judiciário e da sociedade civil, desempenhando diversas funções constitucionais próprias do Ministério Público, tanto na defesa de direitos humanos como na área criminal, e submetendo-me a votações internas que levaram-me a ocupar a posição de Coordenadora da Área Criminal do MPF (2010 a 2014), três mandatos no Conselho Superior, além de ter sido Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Adjunta, membro da 6ª Câmara (Povos Indígenas e Minorias) e da 3ª Câmara (Consumidor e Ordem Econômica).

Preparei-me para o cargo ao longo de toda a minha carreira. Sou Mestre em Direito pela Harvard Law School – LL.M. - 2007, onde também fui Fellow do pioneiro e conceituado Programa de Direitos Humanos (2005-2006), além de ser Pesquisadora Visitante (Visiting Researcher) do Programa de Pós-Graduação da Harvard Law School (2007-2008). Tenho a satisfação de ser Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (1983), onde fiz o curso de Mestrado em Direito

e Estado (1983-1986), tendo sido aluna de mestres renomados, que muito contribuíram para minha formação acadêmica e moral.

Sou Procuradora da República desde 1987 (classificada em 2º lugar), promovida por merecimento para os cargos de Procuradora Regional da República e de Subprocuradora-Geral da República.

Ofício no Superior Tribunal de Justiça desde 2008, em matéria criminal, o que também me deu vasta experiência nesta área, que se soma ao fato de ter sido coordenadora criminal do MPF por quatro anos.

Minha intensa atuação na área criminal, na defesa de direitos humanos e do regime democrático – inclusive como Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Adjunta --, do patrimônio público, de índios e minorias (demarcação de terras, resolução de conflitos, construção de escolas, saúde indígena), do meio ambiente, do consumidor e da ordem econômica e também eleitoral, deram-me amplo e profundo conhecimento de todas as áreas de atuação do MPF.

Atuei na equipe que redigiu o I Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, e na I e II Comissão para Adaptar o Código Penal Brasileiro ao Estatuto de Roma (2003 a 2006).

Dentre os casos mais conhecidos de minha atuação criminal, refiro-me ao fato de ter sido membro da equipe que investigou e processou criminalmente Hildebrando Paschoal e o Esquadrão da Morte, com condenação transitada em julgado (1999 e seguintes). Também atuei, por delegação do Procurador-Geral da República na Operação Caixa de Pandora, no Distrito Federal, que investigou amplo esquema de corrupção e resultou no primeiro caso de prisão preventiva de Governador no exercício do cargo (2009-2012).

Na área de tutela coletiva, permita-me referir que instaurei os dois primeiros inquéritos civis públicos do país sobre o direito à saúde, investigando tanto o financiamento como o funcionamento do Sistema Único de Saúde (ICP nºs 1 e 2, de 1994), que tiveram repercussão na aprovação da Emenda Constitucional 29; na elevação do orçamento público de saúde no país; na instituição e adoção do SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde no Ministério da Saúde como instrumento de controle de gastos públicos efetivos em saúde; no respeito às atribuições do Conselho Nacional de Saúde; no controle das verbas públicas que financiam

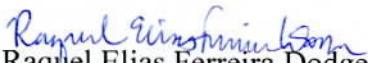
urgências e emergências hospitalares; na aprovação de normas sobre pesquisa em seres humanos; na inserção dos povos indígenas e da população prisional no SUS.

Na área jurídica, recebi prêmios diretamente relacionados ao meu desempenho:

- da International Association of Prosecutors (2014) – (Special Achievement Award)
- da Harvard Law School – Gammon Fellowship
- do Tribunal Superior do Trabalho – Comendadora (1986) – por excepcional cooperação com o Tribunal
- do Instituto Innovare (2013) – Distinção pelo Projeto Justiça de Transição
- do COAF (2012) – em reconhecimento a sua contribuição ao sistema brasileiro de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo

Coloco-me à inteira disposição do Senado da República para os esclarecimentos adicionais que entender necessários.

Brasília, 29 de junho de 2017


Raquel Elias Ferreira Dodge
Subprocuradora-Geral da República

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins previstos no artigo 383 da Resolução n. 41/2013, do Senado, que:

1. Inciso 1 – José Rodrigues Ferreira, meu pai, Subprocurador-Geral da República aposentado, atuou no Ministério Público Federal de 07.11.1973 a 01.03.1991. Antes, foi Juiz de Direito no Estado de Goiás, de 1970 a 1973.

Inciso 2 – Participo em 1% das quotas da Private English Classes Ltda. como sede em Brasília, de 2004 até o presente. Atuei na Jusprev-Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira – Conselho Deliberativo, até 2017.

2. Inciso 3 – Apresento em anexo certidões de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

3. Inciso 4 – Não há ações judiciais em que eu figure como autora ou ré.

4. Inciso 5 – Atuo nos últimos cinco anos, atuo em matéria criminal perante o Superior Tribunal de Justiça e não participei de conselho de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Brasília, 29 de junho de 2017.


Raquel Elias Ferreira Dodge
Subprocuradora-Geral da República



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA
DA UNIÃO**

Nome: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
CPF: 244.903.501-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 09:17:15 do dia 29/06/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/12/2017.

Código de controle da certidão: **BD07.C088.3BC5.46B5**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

 imprimir



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 215-00.783.626/2017
NOME : RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
ENDEREÇO : SHIN QI 1 CJ 6 19 CONJUNTO 13 LT
CIDADE : SHIN
CPF : 244.903.501-04
CNPJ :
CF/DF :
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) POR RECURSO ADMINISTRATIVO.

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 27 de Setembro de 2017.

Brasília, 29 de Junho de 2017.

Certidão emitida via internet às 09:04:02 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

 imprimir



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 215-00.783.768/2017
NOME : RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
ENDEREÇO : SHIN QI 1 CJ 6 19 CONJUNTO 13 LT
CIDADE : SHIN
CPF : 244.903.501-04
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

____ CERTIFICAMOS QUE _____

CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) POR RECURSO ADMINISTRATIVO.

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 27 de Setembro de 2017.

Brasília, 29 de Junho de 2017.

Certidão emitida via internet às 09:21:14 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br